

Porto Alegre, 5 de dezembro de 2025.

Orientação Técnica IGAM nº 25.031/2025.

I. O **Poder Legislativo de Aceguá (RS)** solicita orientação técnica acerca do Projeto de Lei nº 97, de 28 de novembro de 2025, que tem por objeto autorizar abertura de crédito adicional no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no orçamento vigente.

II. O texto apresenta divergência terminológica, pois a ementa, o art. 2º e a justificativa referem-se expressamente a “crédito suplementar”, enquanto o caput do art. 1º menciona “crédito especial”. **Situação a ser verificada e ajustada.**

A correção de erro material quanto à classificação do tipo de crédito (suplementar x especial), para harmonizar o artigo com a ementa e com a justificativa, **é admitida por emenda de redação apresentada pela Câmara**, por não alterar a essência da iniciativa nem o conteúdo material da proposição, mas apenas adequar a terminologia à natureza jurídica correta do crédito adicional.

A distinção entre crédito suplementar e crédito especial é definida pela Lei nº 4.320/1964, que disciplina normas gerais de direito financeiro.

Lei nº 4.320/1964, art. 40

Os créditos adicionais classificam-se em: I-suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária; II-especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica; III-extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

No que concerne à fonte de recursos, o art. 2º prevê a cobertura do crédito pelo “excesso de arrecadação no recurso do FUNDEB ao ano de 2025”. A Lei nº 4.320/1964 estabelece que o excesso de arrecadação é fonte legítima para abertura de créditos suplementares e especiais, desde que efetivamente demonstrado pelo comportamento da receita e pela execução orçamentária, e desde que os recursos não estejam comprometidos.

Em termos de direito financeiro, portanto, a indicação do excesso de arrecadação do FUNDEB como fonte atende ao requisito de indicação de recursos para a abertura do crédito, cabendo ao Executivo comprovar contabilmente tal excesso nos autos (balancetes e demonstrativos).

III. Neste sentido, a Câmara Municipal de Aceguá deve processar o Projeto de Lei nº 97, de 28 de novembro de 2025, **com aprovação condicionada à apresentação do demonstrativo do cálculo do excesso de arrecadação e de emenda parlamentar à redação que substitua, no art. 1º, a expressão “crédito especial” por “crédito suplementar”,** mantendo-se o valor, a classificação orçamentária e a fonte “excesso de arrecadação do FUNDEB”.

O IGAM permanece à disposição.



NEY RIBEIRO JUNIOR

Técnico em Contabilidade, CRC/RS 090588/O.

Administrador, CRA/RS 049656.

Especialista em Auditoria, Perícia e
Contabilidade.

Consultor do IGAM

Registro do IGAM no CRCRS: RS-010206/O-5